

8

Sobre testemunhos e dispositivos

Para se definir se uma narrativa pode ser considerada como um testemunho, duas atitudes são possíveis. A mais comum consiste em partir de uma definição *a priori* e aplicá-la à obra analisada. Outra opção (que escolhi) decorre de uma posição pragmática à escuta dos protagonistas do debate (sejam eles autores, editores ou críticos) para observar onde, quando e como se fala de testemunho. Na imensidão do *corpus* sobre o tema, no qual seria fácil perder o rumo, começamos seguindo uma trilha já bastante percorrida atrás da palavra *testimonio*, em espanhol, acoplada ao conceito geográfico *latino-americano*. O *testimonio latino-americano* tem uma história concreta, precisa, que começa em Cuba num debate na Casa de Las Américas. Insistindo na perspectiva histórica, incluindo a história das obras, do debate e das próprias tentativas de definições, logo apareceu o vazio conceitual atrás do conceito cubano do *testimonio* apesar da sua aceitação incondicional pela academia americana.

A mesma academia, seguindo o impulso dado por John Beverley, consagrou o texto *I, Rigoberta Menchú* de Elizabeth Burgos. Este texto, como vimos, é construído num contexto preciso e a partir de uma *articulação* do papel do narrador, do agenciador, da biografia e do uso dos pronomes pessoais. A viagem de Menchú a Paris, a organização das entrevistas, a sua narrativa em nome do seu povo, a edição do texto, sua censura, sua publicação, sua apresentação por E. B., sua inserção no prêmio cubano e no debate americano, formam um amplo *dispositivo* que transformou o texto de Menchú no ícone do *testimonio*. Este reconhecimento ocorreu na medida em que o texto de E. B. foi concebido, divulgado e recebido pela crítica como sendo *diferente* do texto de Che Guevara, *Pasajes de una guerra revolucionária*, que era muito bem conhecido por todos os protagonistas desta empreitada: Rigoberta Menchú (enviada a Paris por uma frente de guerrilha cuja bandeira tinha a imagem do Che), Arturo Taracena, Elizabeth Burgos, Marie Tremblais, os membros do júri cubano e da Casa de Las Américas, os escritores guerrilheiros premiados, entre eles o guatemalteco Payeras, acadêmicos americanos, como John Beverley e Marc Zimmermann. Por motivos estratégicos (para

os guerrilheiros guatemaltecos) ou ideológicos (para os acadêmicos americanos mais interessados na “era do comunitarismo” que na era das revoluções), o texto do argentino ficou na sombra, quase esquecido, apesar de ter influenciado autores de todo o continente desde a sua publicação em 1962 até o início dos anos noventa na América Central. As circunstâncias da marginalização do testemunho guerrilheiro importam menos aqui do que a simples observação que o texto de Che é *diferente* do texto de Menchu e do *Nunca más*. Estas diferenças nos levam à seguinte conclusão: as condições históricas de enunciação do testemunho produzem o seu enquadramento dentro de parâmetros específicos que se refletem tanto no cronotopo da narrativa (a vida de uma pessoa, alguns eventos históricos dos quais o autor participou, um período de encarceramento), na figura do narrador, na posição de enunciação do testemunho (vítima, guerrilheiro, ativista), na sua relação com outros testemunhos (metonímica, exemplar, indiciária), na sua inserção ou não numa grande narrativa, no conceito de real no qual se apoia o texto, a sua relação com a prova, o documento, a ação política...

I, Rigoberta Menchú não é o modelo hegemônico do testemunho na América Latina como apareceu na incrível concentração de estudos sobre esta obra. Se não é único, estaríamos diante de uma infinita variabilidade de narrativas testemunhais? A resposta é negativa. Da mesma forma que R. M. pode ter exercido uma influência sobre textos e debates, Ernesto Guevara serviu de fonte de inspiração a muitos autores que copiaram ou reproduziram, em parte, o *dispositivo* que ele elaborou em torno da sua narrativa. Da mesma maneira, o texto *Nunca más* exerceu uma grande influência nos debates em torno do testemunho na América e elaborou uma série de procedimentos desde a organização da comissão, as entrevistas, a escolha dos testemunhos, as normas de recolhimento dos depoimentos, sua transcrição pelos escribas, as sínteses em textos ensaísticos, até as citações de testemunhos, como o do Dr. Liwky, que, no seu conjunto, configuram um *dispositivo* ao mesmo tempo diferente das narrativas de Menchú e Guevara e comparáveis aos outros relatórios inspirados neles.

No parágrafo anterior, aparece duas vezes a palavra *dispositivo*. De qual *dispositivo* estamos falando? De onde surgiu este conceito e em que medida ele pode nos ajudar a entender que as narrativas testemunhais não são todas iguais, mas que existem semelhanças entre algumas delas?

O conceito de *dispositivo* foi progressivamente elaborado por Foucault que, numa conversa com os editores da revista de psicanálise *Ornicar?*, em 1977, tentou precisar este termo que, segundo Agamben, é fundamental no seu pensamento. “O que tento

decifrar sob este nome”, disse Foucault¹,

é, em primeiro lugar, um conjunto resolutamente heterogêneo comportando discursos, instituições, conjuntos arquitetônico, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais, filantrópicas, enfim: algo dito e também não dito, tais são os elementos do dispositivo. O dispositivo em si é a rede que pode ser estabelecida entre estes elementos. Em segundo lugar, o que quero decifrar neste dispositivo é justamente a natureza da ligação entre estes elementos.

Mais adiante, Foucault completa explicando que o dispositivo, num dado momento histórico, tem uma função estratégica dominante que é a de responder a uma emergência e de estabelecer estratégias de relações de forças.

Agamben, no pequeno livro *Qu'est-ce qu'un dispositif?*², volta ao tema com uma definição mais larga, considerando como dispositivo tudo o que, de uma maneira ou de outra, tem a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. No livro *Profanations*³, Agamben apresenta uma nova versão do conceito, mais adequado à abordagem do testemunho:

le sujet (...) n'est rien qui puisse être retrouvé directement comme une réalité substantielle présente en quelque lieu; tout au contraire il est le résultat de sa rencontre et de ses corps à corps avec les *dispositifs*⁴ dans lesquels il s'est mis ou dans lesquels il a été mis, en jeu. Parce que l'écriture quelle qu'elle soit (...) est un *dispositif* et l'histoire des hommes rien d'autres peut-être que l'incessant corps à corps avec les dispositifs qu'ils ont produits – et, avant tout autre, avec le langage.

Este “rien qui puisse être retrouvé directement comme une réalité substantielle présente en quelque lieu”, refere-se ao assunto do relato. Os conceitos de “verdade”, “autenticidade”, que servem de alicerces às justificativas do ato de testemunhar tanto quanto da edição feita das narrativas, não correspondem a nenhuma “realidade substancial”. O que prima não é a certeza da verdade ou da realidade, mas o encontro do sujeito com o(s) dispositivo(s) nos quais ele se coloca em jogo / é colocado em jogo enquanto testemunho.

Quais são os dispositivos em jogo no testemunho? Como definir tais dispositivos

¹ FOUCAULT, M. “Le jeu de Michel Foucault, entretien”, *Ornicar? Bulletin périodique du champs freudien*, n. 109, juillet 1977, p. 62-93. Este texto original foi incluído no livro *Dits et écrits*, 2 V. Paris, Gallimard, 1994. O trecho acima aparece na página 299 do segundo volume. A tradução é nossa.

² AGAMBEN G. *Qu'est-ce qu'un dispositif?*. Paris: Rivages Poches, 2007. p. 9.

³ AGAMBEN G. *Profanations*. Paris: Rivages Poches, 2005. p. 92.

⁴ Grifo nosso.

testemunhais? O dispositivo testemunhal⁵ no mesmo movimento que produz a definição da narrativa testemunhal estabelece o conjunto dos elementos textuais que vão formatar a narrativa e criar os mecanismos de reconhecimento da narrativa enquanto testemunhal. Ou seja, sobre um texto (que pode ter inúmeros perfis, formatos, conteúdos etc.) acopla-se um discurso (que não é necessariamente explícito, dito, unificado, mas pode ser composto de vários elementos de ordens diferentes) que vai definir quando, como, em função de quê o texto é ou não é um testemunho. E este discurso, segundo Foucault, tem uma função estratégica dominante, visa estabelecer relações de forças para responder a uma urgência. Foi exatamente o que ocorreu quando o círculo de intelectuais produziu a viagem e a entrevista de Rigoberta Menchú para usar o seu testemunho como elemento de uma estratégia de comunicação visando influir sobre a opinião pública internacional e os diplomatas a fim de frear o genocídio em curso na Guatemala. A mesma relação entre o testemunho, a sua definição, o estabelecimento de relações de forças e a urgência de contar foram analisadas tanto no texto de Che Guevara como no *Nunca más*. Se o dispositivo em si, como disse Foucault, é a *rede* que se estabelece entre elementos heterogêneos, observamos nos três textos abordados que, num dado momento histórico, estabeleceu-se para cada um deles uma convergência de forças entre elementos heterogêneos (diferentes entre os três textos), que produziu uma rede que construiu uma coerência interna de cada narrativa. As três narrativas estudadas desenvolveram (ou participaram no desenvolvimento) dispositivos testemunhais específicos em resposta, num dado momento histórico, à urgência de narrar e usar esta narração numa relação de forças.

Nos três casos, a definição do testemunho varia – de forma implícita ou explícita – em paralelo com o dispositivo. Na prática, a definição faz parte do dispositivo. Definir o testemunho, definir o cronotopo, editar o texto (o que pode corresponder a separar o que é o testemunho e o que não é, como no caso da Conadep), construir a figura e a posição do narrador, a sua relação com outros protagonistas, expor rastros identificáveis de objetos, datas, lugares são procedimentos que configuram o dispositivo testemunhal em jogo em uma narrativa ou um grupo de narrativas. O conceito de dispositivo testemunhal inclui assim todas as dimensões num só gesto, guarda a coerência interna

⁵ Em relação à ideia de pacto testemunhal apresentada anteriormente; em primeiro lugar, o dispositivo não parte do pressuposto de que o testemunho seria necessariamente uma autobiografia metonímica, nem da existência de uma definição *a priori* do testemunho. Segundo, a ideia de dispositivo não estabelece a necessidade de uma identificação clara de protagonistas de um pacto, de um acordo (leitor-autor? Depoente-público?) e as condições deste pacto. Terceiro, a noção de dispositivos é extremamente vasta, instável, diversificada permitindo atravessar os suportes, meios etc.

da narrativa e permite abordar a variabilidade dos testemunhos, produzida – no mínimo em parte – pela historicidade das condições de enunciação (incluindo tanto a autoria, os parâmetros estabelecido do testemunho, seu contexto, seus objetivos).

A noção de dispositivo permite abordar o testemunho sem que este seja exclusivamente definido pelo seu conteúdo. Ficções e testemunhos podem ter construções idênticas. Não é *dentro* do texto que é possível definir o que é testemunho e o que não é. Algum leitor desavisado pode ler os textos de Che Guevara, Rigoberta Menchú ou até os depoimentos do *Nunca más* como frutos da imaginação de um autor, sem nenhum viés testemunhal. Vamos tomar outros dois exemplos. O mais antigo texto testemunhal contemporâneo (depois da Segunda Guerra Mundial) na América Latina é *Relato de um naufrago*⁶, que García Márquez publicou em 1954 como um folhetim num jornal colombiano (e somente foi lançado como livro em 1970, depois do sucesso mundial de *Cem anos de solidão*). Nesta obra, o jovem jornalista conta a história de um marinheiro que foi o único sobrevivente entre marujos de um barco que caíram no mar numa tempestade no litoral colombiano. Em 1982, o escritor argentino Rodolfo Fogwill escreveu *Os pichicegos*⁷ contando a história de um grupo de desertores do exército argentino durante a guerra das Malvinas, em que o narrador compõe a sua narrativa a partir do relato do único sobrevivente deste episódio. Os livros de García Márquez e Fogwill são aparentemente escritos de forma similar, apoiando-se nas palavras de um *superstes*. Porém o naufrago e a sua personagem principal existiram, a ponto de o cidadão narrador de García Márquez ter se tornado famoso logo após a publicação do livro, enquanto os *Pichicegos* de Fogwill são personagens de uma ficção sem nenhuma relação com qualquer fato ou pessoa envolvida na tragédia do Atlântico Sul. A construção das narrativas é igual, mas uma é um testemunho, a outra, uma ficção.

Outro exemplo pode ser visto no livro de Laura Alcoba, *Manèges*, na edição francesa, e *La casa de los conejos*, na tradução argentina, que conta a história de uma menina de sete anos vivendo numa casa que servia de esconderijo para a gráfica clandestina do grupo guerrilheiro Monteneros durante a última ditadura argentina. Na França, o livro foi recebido como um romance. Na Argentina, como um testemunho. O que era percebido na França como uma narrativa ficcional encontrou na Argentina um amplo dispositivo testemunhal: a casa descrita no livro existe, a história da gráfica

⁶ GARCÍA MÁRQUEZ, G. *Relato de um naufrago*. Tradução Remy Gorga Filho. São Paulo: Record, 2009.

⁷ FOGWILL, R. *Os pichicegos*. Tradução Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

clandestina e da invasão da polícia são conhecidas; algumas personagens estão vivas e podem confirmar certas assertivas do livro. E a existência física do local, as possibilidades de cruzar depoimentos, de analisar jornais da época, de entrevistar sobreviventes, as lágrimas da autora no momento de falar de eventos que ela presenciou nesta casa, fazem parte de um conjunto de normas e costumes, não necessariamente conscientes, nem ditas, nem unificadas que levam a assistência ao lançamento do livro de Laura Alcoba a não tratá-lo como ficção, mas como testemunho. Desses exemplos e das discussões em torno das três obras principais analisadas aqui, emerge uma hipótese: *o que define o testemunho não é o conteúdo da sua narrativa, mas a inserção desta narrativa num dispositivo que a identifica como testemunhal.*

O dispositivo joga um jogo duplo. Ao mesmo tempo, ele aparece como um metadiscurso sobre o discurso testemunhal qualificando-o com tal e, ao qualificá-lo por *fora*, define normas de adequação desta narrativa à definição testemunhal, e estas normas agem diretamente *dentro* do texto. A Conadep, por exemplo, elaborou rígidas normas de registros dos testemunhos que só poderiam falar da posição do sobrevivente e de fatos objetivos que eles mesmos teriam visto ou presenciado.

A relação entre a narrativa e o dispositivo não é, portanto, simples, não se resume a uma relação de causa e efeito, ou de cópia de um modelo. Nenhuma narrativa se encaixa perfeitamente num dispositivo preexistente; todos os dispositivos são adaptados à cada narrativa. Che Guevara pode ter inventado e registrado o seu conceito (de dispositivo testemunhal) de narrativa de guerrilheiro e ter sido imitado de norte a sul do continente, mas nenhuma obra, mesmo a mais ortodoxa como *Los dias da selva* de Payeras reproduz de forma mecânica a prosa do Che. Os livros *Nunca más* publicados depois do relatório da Conadep reproduziram todos (com exceção do brasileiro) o dispositivo testemunhal da Conadep, mas cada um o adaptou em função das circunstâncias políticas do seu país. Entre as narrativas e os dispositivos, existe um movimento duplo em permanente mutação para adaptar-se ao fluxo da historicidade. Os dispositivos não são estáveis, permanentes, estruturas rígidas resistindo à força do tempo. Eles são simples arranjos (como os arranjos musicais) que temporariamente respondem à urgência de narrar.

Assim voltamos ao debate da Casa de Las Américas em que identificamos o embate entre duas posições: o testemunho como gênero ou como dimensão extraliterária. Os textos com que trabalhamos não correspondem a nenhum gênero. Trata-se de um texto baseado numa entrevista (Menchú), uma série de artigos numa

revista (Che) e um relatório. O que os uniria a não ser o fato de não se encaixarem nos gêneros clássicos da literatura, como aparece no debate inicial em Cuba onde a categoria *testimonio* surge basicamente para juntar nela os textos que não cabem nas classificações tradicionais? Hoje, com os procedimentos corriqueiros de mistura de gêneros, de narrativas fragmentadas e colocação de indícios de real dentro de textos de ficção, em autores como J. M. Coetzee, W. G. Sebald, Roberto Bolaño, entre outros, os textos analisados não se diferenciam intrinsecamente de ficções contemporâneas.

O testemunho tão pouco pode ser confundido com um subgênero da *autobiografia*. No caso de Rigoberta Menchú, o mais próximo da autobiografia entre os textos analisados, a relação da narradora com a editora do texto cria um viés peculiar que abordamos anteriormente, acrescentando a ressalva fundamental de de Man⁸ sobre tais exercícios. Che Guevara é de certa forma o autor *pleno* do seu texto mas, nesta narrativa pelos menos (não analisemos todos os livros do Che), a expressão da sua individualidade fica em segundo plano diante do dever revolucionário de construir coletivamente uma narrativa do movimento de libertação. Em *Nunca más*, observamos no máximo pequenos trechos autobiográficos, alguns anônimos, que não visam construir um relato do sujeito narrador, mas trazer peças na construção de uma narrativa cujos objetivos fogem completamente a qualquer projeto autobiográfico. Testemunho não é, então, sinônimo de autobiografia, de escrita de si, de literatura umbilical. Tampouco a narrativa testemunhal pode ser simplesmente reduzida a códigos *realistas*. “O testemunho não pode ser entendido a partir da categoria do realismo, escreve João Camillo Penna⁹, “pois tem como vocação mais essencial a sua exterioridade com relação à imitação”

Quanto mais a subjetividade se expressa, mais provável é que o texto seja recheado de sonhos e pesadelos, de expressões de desejo, prazer ou dor que escapam ao realismo. Mesmo na fantasia de objetividade produzida pela Conadep, os devaneios do Dr. Liwsky nos levaram a *imaginar* o seu sofrimento a partir de um paradigma indiciário que supera a diferença entre o racional e o irracional, entre o subjetivo e o objetivo.

⁸ DE MAN, P. “Autobiography as defacement”. In: DE MAN, P. *The rhetoric of Romanticism*. New York: Columbia U P, 1984. p. 67-81.

⁹ PENNA, J. C. “Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano”. In: SELIGMANN SILVA, M. (org.). *História Memória Literatura*. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 336.

A lógica metonímica envolveu todo o debate em torno do *testimonio*. Rigoberta fala a voz do seu povo, seu povo representa os índios das Américas, os índios representam os subalternos do mundo, as suas vozes ecoam no silêncio da opressão secular e, por fim, claro, a narrativa da jovem *quiché* representa todos os testemunhos. Esta ânsia de generalizar, teorizar, encontrar fórmulas constantes, construir modelos de contraliteratura, questionar séculos de cânone ocidental ergueu-se com uma estupenda capacidade de negar outras formas de testemunho, de desconstruir o vazio teórico e literário saído da Casa de Las Américas, negar o impacto na literatura continental dos apelos do Guerrilheiro Heroico, fechar os olhos e os ouvidos para as imensas procissões de testemunhos mobilizados pelos processos de *Nunca más*. Até as inúmeras realizações das narrativas pós-ditaduras no Cone Sul foram afastadas do *corpus* sagrado do *testimonio*, deitado no altar da academia politicamente correta, incorporado por uma mulher com cara de lua cheia e roupa exótica, indígena, pobre, órfã, exilada, explorada desde a infância e assim consagrada no papel da *coitada universal* por um coro de críticos norte-americanos que, na carência das utopias modernistas e diante dos descabros cada vez mais evidentes do socialismo real, buscavam num trópico a duas horas de voo um novo alento para as suas fantasias de uma literatura socialmente relevante e atuante e que, como efeito colateral, semeie o espírito crítico nas salas de aulas.

Outro clichê associa o testemunho ao sujeito subalterno, democrático-popular (defendido por J. Beverley entre outros), marginal, periférico, iletrado, sem voz, em suma, uma forma de *grito do oprimido* que somente poderia existir graças à formidável capacidade de escuta, empatia e solidariedade de uma elite iluminada movida pelo seu ímpeto de justiça – e, de forma secundária, pelos louros colhidos pelo reconhecimento pela sua classe do seu empenho humanitário. Aqui, a sanha de fuzilamento de Che Guevara libertou-nos desta condescendência maligna disseminada em muitas elucubrações teóricas sobre o tema. Não, o testemunho não é necessariamente a versão atualizada daqueles índios levados para a Europa logo depois da Conquista e tratados nas cortes do Velho Mundo como animais circenses. Infelizmente, a queda no esquecimento da narrativa guerrilheira permitiu a sagração de um *testimonio* que, na sua interpretação americana, deixou escapar os *relans* teóricos des *dames patronesses* contemporâneas.

Na época atual, depois da Guerra Fria e no bojo da revolução tecnológica em

curso, a lógica guevarista da submissão do testemunho aos imperativos de uma verdade entendida como protagonista da construção de uma grande narrativa perde o seu sentido diante da dessacralização e o desmoronamento de tais narrativas. Da mesma forma, a representatividade metonímica chegou a um certo esgotamento tanto pelo esfacelamento das categorias sociais rígidas em tempos virtuais quanto pelo próprio sucesso de tal mecanismo que levou negros (como Obama), pobres (Lula), índios (Evo Morales), mulheres (Bachelet, Kischner, Rousseff.)... a ocuparem até a presidência dos países da região. A famosa introdução de E. B., que anunciava que a palavra foi pela primeira vez tomada por uma mulher índia das Américas, afirmação então plausível apesar de sua grandiloquência, soa tão datada quanto as discussões em torno da tomada de palavra dos subalternos (alguns hoje membros atuantes da diplomacia mundial).

No debate da Casa de Las Américas, em 69, o conceito de *testimonio* ficou imediatamente associado à dimensão *latino-americana*. A revolução cubana liderava então um movimento cultural e político em prol da integração do continente. Os prêmios literários contribuíam para este objetivo. La Havana era um espaço de encontro entre escritores, intelectuais e artistas que se identificavam com um imaginário latino-americano. Esse imaginário era recente: ele só se consolidou depois da revolução, durante os anos 60. Haydée Santamaría, no primeiro editorial da revista da Casa de Las Américas, ainda exaltava o destino do “homem americano” (ou seja, incluindo Estados Unidos e Brasil) e, ao mesmo tempo, os escritores de língua espanhola (excluindo, entre outros, Estados Unidos e Brasil). No órgão mais importante de difusão do pensamento da Revolução Cubana, num texto que conclama os companheiros do continente a juntarem-se à luta revolucionária, o espaço latino-americano ainda não aparece como definidor de uma identidade cultural e política.

A partir do conceito de *testimonio latino-americano*, descobrimos progressivamente a importância histórica dos três textos abordados. Eles são pilares fundamentais de qualquer discussão sobre o testemunho *enquanto latino-americano*. Eles foram escritos na América Latina, tiveram uma influência continental – seja no debate ou na produção literária –; e, se existiram em outros cantos obras parecidas, deve ser porque estes textos *latinos* foram de certo modo copiados (como o *Nunca más* para a África do Sul por exemplo). Portanto, a *latinoamericanidade* das três narrativas não pode ser contestada nem pela sua origem nem pela sua expansão.

Mas, hoje, será que é possível definir um perfil do *testimonio latino-americano* contemporâneo? A dinâmica cubana travou há tempos. La Havana não ocupa mais um lugar de liderança cultural e política, não é mais o palco de debates que repercutem do Rio Grande à Patagônia. O prêmio da Casa de Las Américas perdeu o seu prestígio frente às dezenas de outros prêmios literários (por exemplo, mais de cinquenta atribuídos anualmente somente na Espanha para escritores hispânicos). A América Latina não é uma prioridade diplomática para os países da região que buscam, entre outros, a consolidação do Mercosul, do Nafta, da Unasul (América do Sul), do espaço ibero-americano, de acordos bilaterais com os Estados Unidos, a União Europeia ou a China. No plano cultural, banalizou-se a ideia de que a internet reduziu as distâncias entre as pessoas. Isso é evidente *dentro do mesmo espaço linguístico*, em particular os espaços hispânicos e lusófono. Mas, enquanto existiam no passado escritores claramente identificados com a América Latina (principalmente os grandes autores do *boom* latino-americano: García Márquez, Vargas Llosa, Carlos Fuentes entre outros), nenhum internauta reivindica hoje uma identidade latino-americana no sentido de usar exclusivamente os sites de países americanos de línguas latinas e identificar-se com este conjunto de países. A América Latina não é certamente o espaço prioritário de identificação dos internautas. O imaginário latino-americano não mobiliza mais a juventude do continente.

Forças centrífugas dominam alternando o retorno a um espaço nacional ou sub-regional, produzindo uma multiplicidade de dispositivos testemunhais e novas expressões de subjetividade. Sem apresentar nenhum catálogo com pretensão a ser completo, podemos somente citar a narrativa pós-ditadura chilena, as produções culturais dos filhos de desaparecidos argentinos autodenominados *hijos*, as escritas da violência no Brasil, a literatura chicana e porto-riquenha e exercícios literários limítrofes entre ficção e testemunho que encontramos, entre outros, nos textos do chileno Roberto Bolaño, do salvadorenho Horacio Castellano Moya ou da franco-argentina Laura Alcoba. Não é por acaso, em tempos de globalização e de migração, que chicanos e porto-riquenhos, Bolaño, Alcoba e Castellanos Moya escrevem seja a partir de um país para onde migraram ou sobre as fronteiras materiais e simbólicas entre seu país de origem e seu espaço de vida. O caso de Castellano Moya é neste ponto exemplar: nascido em El Salvador, exilado na Guatemala depois de ter criticado o seu país, e vivendo depois na Alemanha, ele reside hoje nos Estados Unidos, tendo a sua obra completa de 13 livros editada na França e nenhuma publicação no Brasil. O seu

trabalho já foi analisado por críticos estadunidenses como *pós-testimonio*, *neo-testimonio*, *meta-testimonio* enquanto ele mesmo se apresenta como escritor de ficção.

Essas rápidas observações visam simplesmente questionar a pertinência de manter o conceito latino-americano como definidor de um espaço cultural de expressão peculiar do testemunho. Na época da enunciação das narrativas analisadas, este espaço era tão essencial a toda a dinâmica intelectual em torno da literatura que os termos *testimonio* e *testimonio latino-americano* eram praticamente sinônimos. Hoje, tal associação deixou, no mínimo, de ser automática.

Uma brecha foi aberta na cultura ocidental para a palavra dos testemunhos. Desde então, ao longo das últimas cinco décadas, a narrativa testemunhal espalhou-se pelo planeta, muitas vezes na esteira dos conflitos e das situações mais trágicas. Mesmo tendo uma história peculiar na América Latina – que apenas esboçamos por meio de algumas das suas passagens mais significativas –, a narrativa testemunhal não pode mais ser analisada nos limites de um continente ou acorrentada a um modelo. Ela surge, se espalha, se renova em cada canto onde aparece a urgência de narrar e a tensão entre subjetividade, indícios e dispositivos.